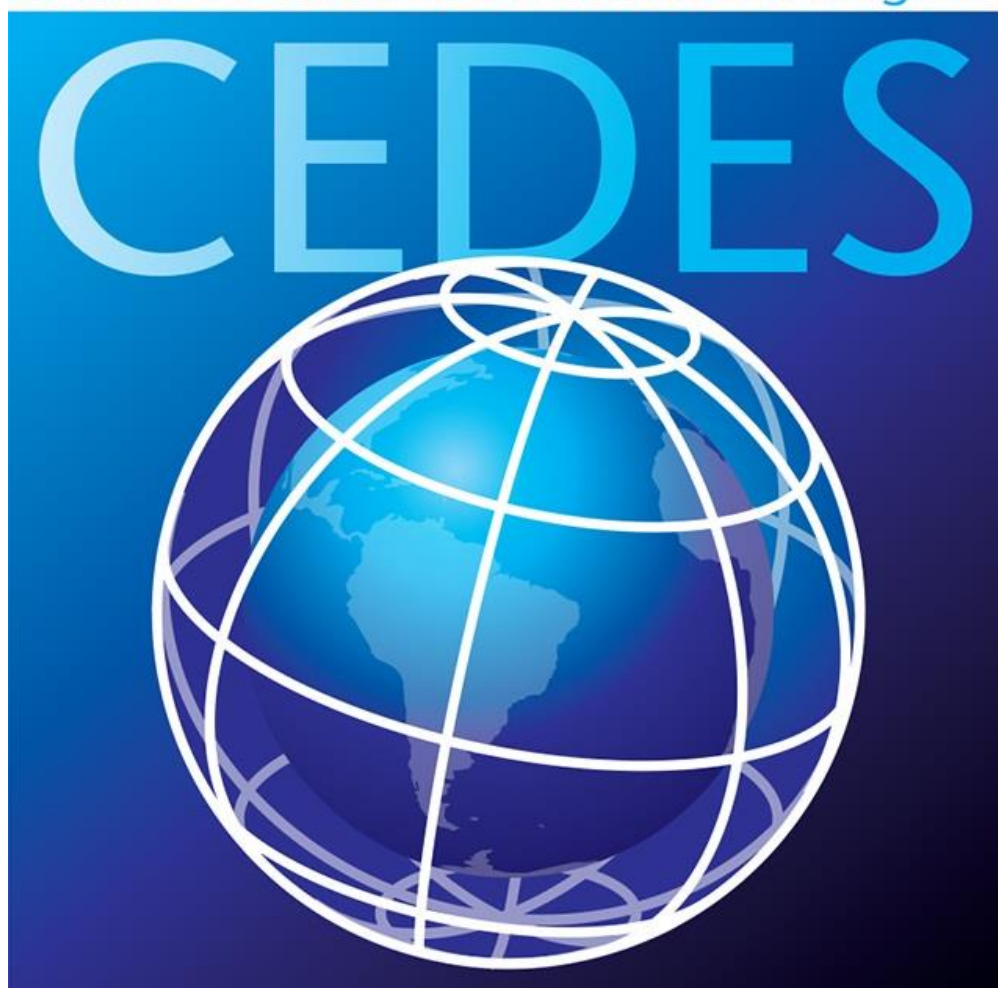


Relatório de Gestão 2024

Tomada de Contas Anual - TCA

Centro de Estudos e Debates Estratégicos



SUMÁRIO

1	Introdução	3
2	Impacto dos estudos	4
3	CEDES em números	6
5	Resumo dos estudos finalizados e número de proposições por estudo	8
6	Estudos em desenvolvimento e atividades administrativas	15
6.1	Agenda de Reuniões de 2024	15
6.3	Resumo dos eventos coordenados pelo CEDES em 2024	16
6.3.1	12/3/2024- Desafios brasileiros nas políticas para a reindustrialização no contexto da transição energética e da descarbonização	16
6.3.2	09/4/2024- Alterações legislativas para incentivar o setor de TICs no contexto da reindustrialização brasileira	18
6.3.3	09/04/2024 - Profissões em Risco: Inteligência Artificial e a Empregabilidade	20
6.3.4	23/4/24 – Alterações legislativas para a reindustrialização do setor automotivo	22
6.3.5	14/5/2024 – Alterações legislativas para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização: contribuições do setor químico	24
6.3.6	11/6/2024 – Modelos de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola	26
6.4	Atividades Administrativas	28
7	ANEXOS	28
7.1	Processos administrativos criados e/ou tramitados pelo CEDES em 2024	28
7.2	Acompanhamento das proposições legislativas	30
7.3	Folder do CEDES	44

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Cedes em números dados anuais de servidores, atividades dos estudos, atividades legislativas e administrativas	6
Tabela 2	Número de Proposições apresentadas a partir da publicação de cada estudo	8
Tabela 3	Apresenta o total de eventos do ano de 2024, o nome de cada evento e a data da sua realização	15
Tabela 4	Apresenta o número do protocolo, título, destino com data e hora de envio e recebimento de cada processo administrativo tramitado pelo CEDES em 2024.	28
Tabela 5	Apresenta os dados das proposições legislativas criadas a partir da de cada estudo do CEDES.	30

1 Introdução

O [Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#) é um órgão técnico-consultivo, vinculado à Presidência da Câmara dos Deputados, composto por 23 parlamentares, os quais têm a atribuição de propor uma agenda de atividades e conduzir estudos estratégicos para o Brasil, desenvolvidos com o apoio da Consultoria Legislativa. O trabalho do Colegiado é dedicado a análise, discussão e prospecção de temas suprapartidários de caráter inovador ou com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do nosso país.

Como resultado das atividades são produzidos e publicados documentos de alta densidade crítica e especialização técnica ou científica, que trazem apensados Projetos de Lei e/ou indicações ao Poder Executivo, alguns já transformados em lei ou incorporados pelos governantes. Desde sua instalação em 2003, o CEDES tem contribuído para o aperfeiçoamento da atuação político-parlamentar, fortalecendo o papel do Poder Legislativo na interlocução de problemas de relevância social perante a população brasileira.

O Centro já produziu, em parceria com a consultoria legislativa, **32 publicações** sobre os mais variados temas e **apresentou 123 proposições legislativas**.

Em 23 de maio de 2023, foram aprovados quatro novos temas de estudos para o biênio 2023/2024: O Brasil contra a violência e os preconceitos na escola: por uma escola segura e pela promoção da convivência democrática e cidadã; Inteligência artificial, inclusão digital automação do trabalho, empregabilidade e previdência: desafios e soluções; Políticas públicas de combate ao racismo e às desigualdades de gênero na construção de um Brasil justo e desenvolvido; e Reindustrialização brasileira, transição energética e descarbonização. Para cada novo estudo são designados deputados relatores e consultores legislativos que coordenam os trabalhos a partir de um plano de atividades com visitas técnicas, seminários, audiências públicas e reuniões temáticas com especialistas. Os estudos do biênio 2021/2022 foram finalizados: Retomada Econômica e Geração de Emprego e Renda no Pós-Pandemia, Tecnologias na Educação: construção de políticas públicas para o ensino, a Dívida Pública Brasileira: um novo estudo e Debates sobre o Modelo de Atenção Primária à Saúde no Brasil.

A proposta do estudo aprovado no colegiado sobre **“O Brasil contra a violência e os preconceitos na escola: por uma escola segura e pela promoção da convivência democrática e cidadã”** é de autoria dos Deputados Da Vitória (PP/ES) Reginaldo Lopes (PT/MG), Osmar Terra (MDB/RS) e Dr. Victor Linhalis (PODE/ES) e se orienta na busca de soluções para a convivência democrática na escola pela proposição de práticas que melhoram a qualidade das relações, a resolução construtiva de conflitos e fortalecem o diálogo, a participação, o cuidado, a cooperação, a justiça, o respeito, a solidariedade e a diversidade, no sentido de enfrentar as violências, preconceitos e exclusões. Nele encontramos o grande desafio de desenvolver e preservar o convívio democrático, justo e respeitoso que visa neutralizar as discriminações e qualquer tipo de preconceitos, valorizando a riqueza da pluralidade, das especificidades próprias da composição de nossa sociedade brasileira que é múltipla e diversificada.

A proposta do estudo **“Políticas públicas de combate ao racismo e às desigualdades de gênero na construção de um Brasil justo e desenvolvido”** é de autoria das Deputadas Benedita da Silva (PT/RJ) e Dandara (PT/MG). Este tema visa enfrentar as desigualdades estruturais e promover a equidade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia. Ao mesmo tempo, o estudo temático de gênero e raça permite compreender como as opressões e desigualdades se entrelaçam, afetando de forma diferenciada as mulheres negras, por exemplo. Isso é fundamental para a formulação de políticas mais

abrangentes e eficazes, que considerem as múltiplas dimensões da discriminação e suas interconexões. Portanto, as políticas públicas de igualdade racial e o estudo temático de gênero e raça são ferramentas essenciais para a construção de um Brasil mais justo, desenvolvido e igualitário, no qual todas as pessoas possam exercer seus direitos e viver em harmonia, independentemente de sua raça, etnia ou gênero.

A proposta do estudo **“Inteligência artificial, inclusão digital automação do trabalho, empregabilidade e previdência: desafios e soluções”** foi sugerida pelo Deputado Hélio Lopes (PL/RJ). Este estudo visa contribuir para a inclusão digital ao fornecer soluções e tecnologias criadas pela Inteligência Artificial (IA) que permitem que mais pessoas tenham acesso à internet e às ferramentas digitais. Os impactos da automação no mercado de trabalho devem ser considerados a fim de garantir que sejam implementadas políticas para requalificação e reorientação profissional, a fim de garantir a empregabilidade das pessoas afetadas pela automação. No caso da previdência, a IA pode ajudar na detecção de fraudes e na gestão dos fundos de previdência. Assim, é importante estudar e acompanhar os avanços tecnológicos e buscar políticas e estratégias que promovam uma transição justa e inclusiva, garantindo que todos possam se beneficiar das oportunidades oferecidas pela IA.

A proposta do estudo **“Reindustrialização brasileira, transição energética e descarbonização”** foi sugerida pelos Deputados Félix Mendonça Jr (PDT/BA), Pedro Uczai (PT/SC) e Dr. Luiz Ovando (PP/MS). Este estudo pode aprofundar a discussão sobre setores industriais específicos, sua relação com serviços e agricultura, e os desafios produtivos e tecnológicos setoriais para contribuir para o planejamento de uma reindustrialização sob bases novas, tecnologicamente avançada e ambiental e socialmente sustentável. As principais economias buscam aproveitar as tecnologias da Indústria 4.0 e a transição energética e ambiental, bem como criar empregos de qualidade e reduzir desigualdades. Ao fortalecer a indústria com base em tecnologias limpas e sustentáveis pode-se impulsionar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias verdes. Isso cria oportunidades de negócios, geração de empregos e aumento da competitividade das indústrias no contexto global, à medida que a demanda por produtos e serviços sustentáveis aumenta.

As atividades desenvolvidas por este Centro encontram alinhamento com as diretrizes estratégicas da Câmara dos Deputados, principalmente no tocante à melhora da qualidade das leis e a ampliação da sintonia da agenda legislativa com os anseios da sociedade.

Em 2023, o Cedes completou 20 anos de atuação. Sendo assim, acredita-se ser importante relacionar todo o trabalho já realizado, apontando os principais resultados atingidos.

2 Impacto dos estudos

Um dos objetivos fundamentais dos estudos do Cedes é levantar o debate no Congresso e na sociedade sobre temas relevantes para o país, antevendo ou promovendo temas importantes para a agenda do Parlamento. Vários desses estudos serviram de base para importantes políticas públicas e programas de governo. A seguir destacamos os principais:

Retomada Econômica e Geração de Emprego e Renda no Pós-Pandemia: As novas proposições oferecidas por este estudo abarcam diversas dimensões cruciais para a retomada em novas bases. O planejamento do desenvolvimento nacional coordenado, segundo o qual as diversas iniciativas governamentais devem estar integradas, constitui uma primeira necessidade para que haja avanços na retomada pós-pandemia. O estudo indica medidas regulatórias e prudenciais, para estimular boas práticas empresariais e o ambiente de negócios. Alterações nas regras de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), melhoras na gestão

da massa falida de sociedades, a imposição de limites à subcapitalização de empresas e a obrigatoriedade de publicação de balanços por toda sociedade de grande porte estão entre as medidas apontadas por este estudo para esse segmento produtivo. São indicadas também áreas promissoras de investimentos. O estímulo das encomendas tecnológicas, com maior direcionamento de financiamentos a fundo perdido, é uma solução de estímulo à inovação. A quinta geração da telefonia móvel, o chamado 5G, o OpenRAN e a Internet das Coisas também são identificados como oportunidades de transformação e de geração de produtos e serviços inovadores para toda a sociedade. O estudo também indica ao ministério correspondente a criação de linha transversal de financiamento para esse ramo da economia. Ainda nessa temática afeita às comunicações, a redesignação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) para a promoção do desenvolvimento nacional, bem como a inclusão das grandes plataformas da internet em sua órbita, são igualmente propostas.

Cidades Inteligentes: A concepção de cidade inteligente adotada pelo CEDES, salienta que cidade inteligente não é aquela que simplesmente usa a tecnologia no meio urbano, mas a que investe em capital humano e social, em desenvolvimento econômico sustentável, em inovação e empreendedorismo e no uso de tecnologias disponíveis para aprimorar e interconectar os serviços e a infraestrutura das cidades. Tudo isso de modo equânime e criativo, sempre com foco na cidadania, na qualidade de vida e no bem-estar dos cidadãos. A partir dessa concepção, este estudo percorreu grandes temas estratégicos, que foram considerados eixos para o desenvolvimento urbano inteligente e para a implantação de cidades inovadoras no nosso País. Foi protocolado o projeto de lei PL 976/2021 que institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI), com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, e dispõe sobre os princípios e diretrizes que a nortearão, os seus objetivos, as ações a serem realizadas, os recursos alocáveis e dá outras providências.

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: O biodiesel é uma denominação genérica para combustíveis produzidos a partir de fontes renováveis, como óleos vegetais e gorduras animais. Desde a década de 70, o Brasil desenvolve pesquisas nessa área. Em 2004, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional duas Medidas Provisórias e elaborou um Decreto visando à implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A Primeira Medida Provisória, nº 214 - que define o biodiesel e estabelece a ANP como o órgão responsável pela regulação e fiscalização das atividades econômicas dos combustíveis renováveis - deixava de fora instrumentos importantes para incentivar a produção de biodiesel e benefícios sociais para uma parcela de excluídos da população brasileira. Em função disso, a MP foi objeto de um Projeto de Lei de Conversão na Câmara dos Deputados, PLV-60, de autoria do Deputado Carlos Alberto Rosado, a fim de tornar-se legalmente mais abrangente. Na elaboração desse Projeto de Lei de Conversão foram considerados fundamentais os estudos e o Projeto de Lei nº 3.368, elaborados no âmbito do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados (hoje Cedes), onde a participação do Deputado Ariosto Holanda foi decisiva. A Lei nº 11.097 foi sancionada pelo Presidente da República em 13 de janeiro de 2005, introduzindo assim o biodiesel na matriz energética brasileira.

TV Digital: Futuro da cidadania: A discussão para a implementação do sistema digital de televisão no Brasil se intensificou em 2005, exigindo dos parlamentares um posicionamento mais enfático a respeito das diretrizes a adotar na transição da velha televisão em cores para essa nova realidade. O Cedes, respondendo a essa clara demanda legislativa, reuniu alguns dos mais qualificados interlocutores dos meios acadêmico e empresarial, da classe política e de entidades não-governamentais, para promover um debate aberto, democrático e tecnicamente fundamentado a respeito do tema. O encontro tratou de repercutir, em todos os aspectos, a introdução da televisão digital no Brasil, sempre visando compatibilizar os critérios de adoção do padrão

técnico à necessidade de emancipação tecnológica nacional, sem se esquecer de uma possível e desejada compatibilização com os sistemas de países vizinhos e parceiros em mercados culturais e comerciais. Em uma vertente inescusável de trabalho, o Seminário privilegiou, ainda, a democratização da produção e do acesso à informação e, especialmente, a deflagração de um concreto, real e factível processo de inclusão digital no País. O debate promovido pelo Cedes foi essencial na escolha do padrão japonês, adotado pelo Brasil.

Marco Regulatório do Pré-sal: O Pré-sal é uma área de reservas petrolíferas que fica debaixo de uma profunda camada de sal. Possui um óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial, o que coloca o Brasil em uma posição estratégica frente à grande demanda de energia mundial. As descobertas do pré-sal levaram o governo federal a propor alterações no marco regulatório da indústria do petróleo, permitindo a coexistência de um regime de concessões e do regime de partilha de produção. Dessa forma, o governo brasileiro conseguiu que o Congresso aprovasse, em 2010, um novo marco regulatório por meio da Lei nº 12.351/10, que dispõe sobre a exploração e produção de petróleo em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas. O Cedes fez um estudo detalhado sobre os desafios do pré-sal, abordando questões técnicas e institucionais. O trabalho serviu de subsídio para as discussões no parlamento e para a elaboração do texto final do projeto aprovado.

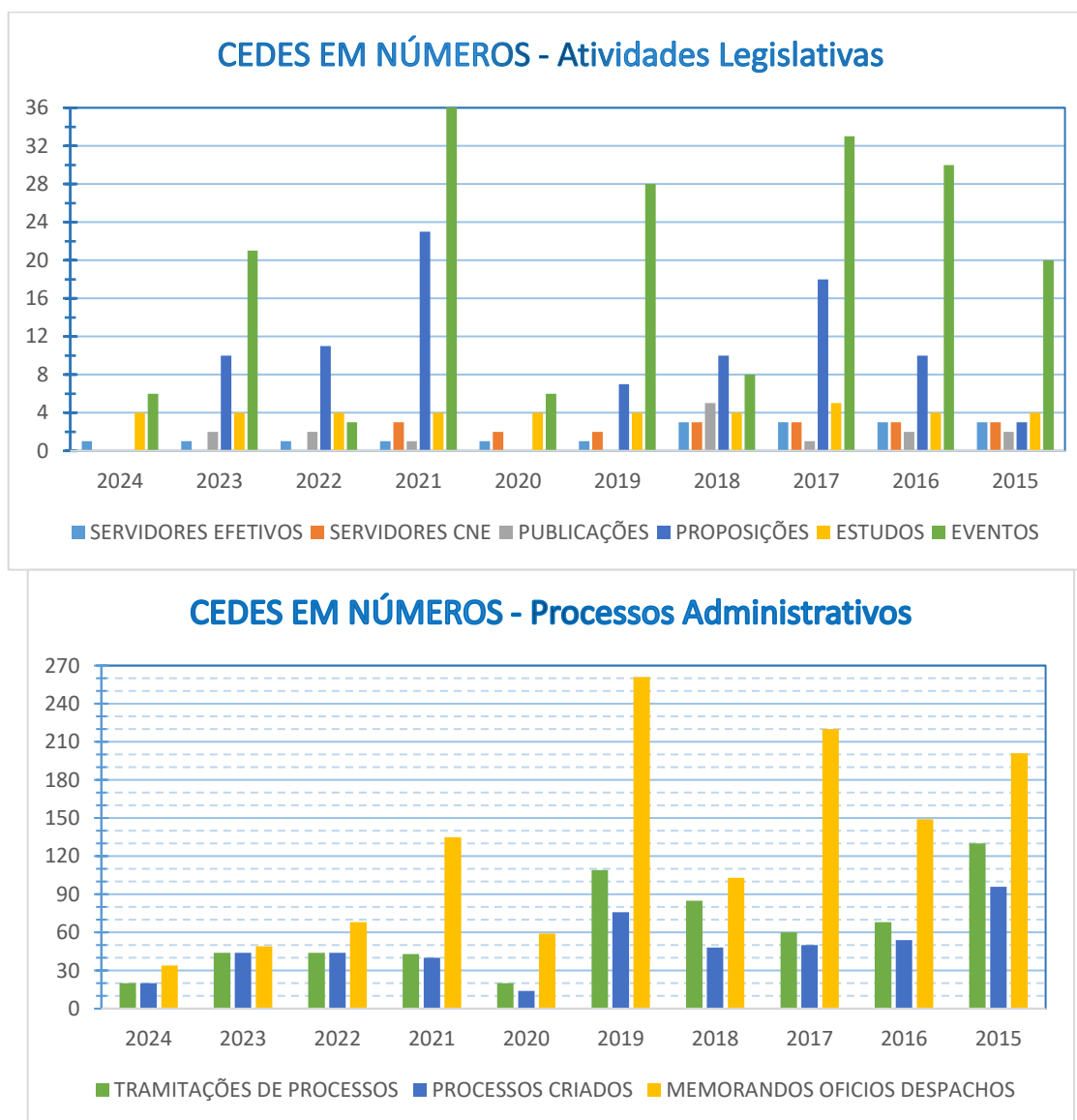
3 CEDES em números

A Tabela 1 mostra em números as atividades realizadas pelo CEDES a cada ano. Os eventos incluem reuniões técnicas, audiências, seminários, exposições, participação em conferências nacionais e internacionais e visitas técnicas. A coluna de estudos são os estudos que estavam em andamento a cada ano. As publicações são os livros lançados resultantes da finalização dos estudos. Quanto aos processos EDOC, apresentamos os processos tramitados e os processos criados pelo CEDES. Finalmente, a última coluna representa o número de memorandos, ofícios e despachos criados.

Tabela 1 Cedes em números dados anuais de servidores, atividades dos estudos, atividades legislativas e administrativas

ANO	SERVIDORES EFETIVOS	SERVIDORES CNE	EVENTOS	ESTUDOS	PUBLICAÇÕES	PROPOSIÇÕES	PROCESSOS TRAMITADOS	PROCESSOS CRIADOS	MEMORANDOS OFÍCIOS DESPACHOS
2024	1	0	6	4	0	0	20	20	34
2023	1	0	21	4	2	10	44	44	49
2022	1	0	3	4	2	11	44	44	68
2021	1	1	39	4	1	23	43	40	135
2020	1	3	6	4	0	0	20	14	59
2019	1	2	28	4	0	7	109	76	261
2018	3	3	8	4	5	10	85	48	103
2017	3	3	33	5	1	18	60	50	220
2016	3	3	30	4	2	10	68	54	149
2015	3	3	20	4	2	3	130	96	201

Gráficos representativos dos dados da Tabela 1



5 Resumo dos estudos finalizados e número de proposições por estudo

Tabela 2 Número de Proposições apresentadas a partir da publicação de cada estudo			
Nº	PUBLICAÇÃO	ANO	Número de Proposições
32	<u>A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA: Um novo estudo</u>	2023	
	O estudo A Dívida Pública Brasileira relatado pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) e Denis Bezerra (PSB/CE), teve como objetivo principal realizar uma atualização do estudo anterior feito em 2005, para incorporar as diversas modificações ocorridas desde 2005 no cenário da dívida pública. Os recentes aumentos nas taxas de juros que desincentivam os investimentos, encarecem o crédito para empresas e famílias e aumentam o custo de rolagem da dívida pública; o acúmulo de reservas internacionais; a modificação das regras de relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central; o surgimento das operações compromissadas; o endividamento do Tesouro para financiamento de bancos públicos; a crise financeira internacional de 2008; a modificação da condução da política econômica a partir de 2010; a crise política do impeachment; a mudança do regime fiscal a partir de 2014; a polarização recente do cenário político nacional; a mudança nos parâmetros de relacionamento financeiro entre a União e entes subnacionais e a crise sanitária e econômica provocada pela pandemia da Covid-19; muitos foram os fatores relevantes que influenciaram a dívida pública brasileira no período e que trouxeram importantes indagações e a revisão das perspectivas do comportamento futuro da dívida e das necessárias modificações no seu gerenciamento.		
31	<u>RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO PÓS-PANDEMIA PDF: VOLUME1 e VOLUME2</u>	2023	10
	O estudo Retomada Econômica relatado pelos deputados Da Vitória (PP/ES) e Francisco Jr. (PSD/GO), teve como objetivo principal definir o papel do Estado, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil nas estratégias e políticas de recuperação da economia e de geração de emprego e renda no pós-pandemia. Foram estudados: o contexto internacional das novas políticas implementadas; os desafios socioeconômicos do país para a retomada; as implicações para o setor agropecuário e para a agricultura familiar; as carências no desenvolvimento setorial e da indústria, as transformações para o setor de serviços; a digitalização da economia e as oportunidades para a tecnologia nacional; o poder de compra do estado; a bioeconomia e a descarbonização. Há também propostas concretas de como enfrentar este cenário, na forma de projetos de lei e de outras proposições.		

30	<u>TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</u>	2022	10
	<p>Este estudo teve como foco principal a educação básica pública. Ficou evidenciado que não obstante os sérios problemas identificados na infraestrutura tecnológica das escolas brasileiras, o recente movimento de ampliação dos programas de promoção do uso das TDICs como ferramenta de mediação no processo pedagógico e das fontes de financiamento para custeá-los denotam a crescente preocupação do Poder Público no país em capacitar os estudantes para lidar com os desafios do mundo digital. O êxito dessas iniciativas, porém, está condicionado não somente à continuidade das políticas públicas de conectividade escolar, mas também à sua harmonização com as ações de formação docente e de oferta de recursos educacionais digitais, bem como ao acompanhamento mais próximo dos entes fiscalizadores e dos órgãos de controle. Existe grave paradoxo na educação brasileira com relação às TICs, com especial ênfase às TDICs. De um lado, o público consultado reconhece a relevância das TICs no fazer pedagógico da educação escolar. De outro lado, a formação inicial e continuada desses mesmos professores é considerada insuficiente ou inadequada para o uso pedagógico, crítico e criativo, das TICs nas escolas.</p> <p>A Deputada Angela Amin apresentou o PL 4.513/2020 que institui a Política Nacional de Educação Digital e a Deputada Professora Dorinha apresentou o PLC 25/2019 que institui o Sistema Nacional de Educação.</p>		
29	<u>DEBATES SOBRE O MODELO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL</u>	2022	
	<p>Esta publicação trata do aperfeiçoamento da APS no Brasil orientado para a efetividade desse componente da atenção à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), associando a discussão de um tópico mais específico – o papel do médico clínico para o aperfeiçoamento da atenção no âmbito da atenção primária – a outros fatores indispensáveis. Desse modo, foi estruturado um quadro detalhado da situação da APS no período pré-pandemia, com a identificação dos avanços, mas também das dificuldades observadas na efetividade de protocolos de atenção utilizados e no modelo de coordenação do cuidado; na formação e no modo de utilização e de distribuição geográfica de recursos humanos da saúde no país; na insuficiente integração de redes de saúde e de implantação de serviços regionalizados no SUS; no financiamento e nos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal na contratação de pessoal; nas demandas da judicialização da saúde; nas novas demandas decorrentes do envelhecimento populacional; nos mecanismos de monitoramento da qualidade dos serviços de saúde e na infraestrutura tecnológica dos serviços de APS.</p>		

28	<u>CIDADES INTELIGENTES: UMA ABORDAGEM HUMANA E SUSTENTÁVEL</u>	2021	1
	Esse título-síntese antecipa a concepção de cidade inteligente adotada pelo CEDES, salientando que cidade inteligente não é aquela que simplesmente usa a tecnologia no meio urbano, mas a que investe em capital humano e social, em desenvolvimento econômico sustentável, em inovação e empreendedorismo e no uso de tecnologias disponíveis para aprimorar e interconectar os serviços e a infraestrutura das cidades. Tudo isso de modo equânime e criativo, sempre com foco na cidadania, na qualidade de vida e no bem-estar dos cidadãos. A partir dessa concepção, este livro percorre grandes temas estratégicos, que foram considerados eixos para o desenvolvimento urbano inteligente e para a implantação de cidades inovadoras no nosso País.		
27	<u>FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: IMPASSES E PERSPECTIVAS</u>	2018	3
	O estudo apresenta alternativas para o financiamento da educação superior no país, entre elas uma Proposta de Emenda à Constituição que retira do teto de gastos as receitas próprias obtidas pelas universidades públicas, geradas por meio de prestação de serviços, convênios, receitas de capital etc. Outra medida, apresentada sob a forma de projeto de lei, determina que a União, sempre que for de interesse público, participe do financiamento de instituições estaduais, distritais e municipais de ensino superior, visando à expansão da oferta de vagas. O objetivo é estimular a cooperação entre os entes federados da união, evitando-se sobreposição de iniciativas na mesma área e otimizando os recursos.		
26	<u>SEGURANÇA PÚBLICA: PRIORIDADE NACIONAL</u>	2018	2
	O estudo relatado pelo Deputado Capitão Augusto (PR/SP) e coordenado pelo consultor Claudionor Rocha reúne contribuições de pesquisadores e gestores de diferentes campos de atuação e visa orientar as ações do Legislativo e do Executivo na área de segurança. Ao longo do trabalho, que durou cerca de dois anos, foram realizados vários eventos com o objetivo de debater o tema com a sociedade. Durante as discussões foram abordadas questões como segurança nas fronteiras; agências de segurança; sistema de justiça criminal; sistema prisional e medidas socioeducativas. No entanto, diante da impossibilidade de abarcar todos os assuntos em uma única proposta, devido à complexidade, o relator decidiu focar em três pontos principais: o modelo de polícia; o financiamento e a gestão do sistema.		
25	<u>PERDAS E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO</u>	2018	2
	O estudo "Perdas e Desperdício de Alimentos: estratégias para redução", lançado no dia 12 de dezembro, propõe a criação, por meio de projeto de lei, de uma Política Nacional de Educação Alimentar e Nutricional do Consumidor, com o objetivo de desenvolver uma consciência para o consumo adequado e responsável de gêneros alimentícios. Outra proposta é a elaboração, pelo governo federal, de um Plano Nacional de Armazenagem de Grãos, de modo que se possa dar especial atenção à armazenagem dentro das próprias fazendas.		

4	<u>INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS</u>	2018	7
	O estudo relatado pelo deputado federal Vitor Lippi propõe uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial para o país, com as Instituições de Ensino superior como protagonistas desse processo. O objetivo é criar Centros de Desenvolvimento Regional nas universidades, com a missão de identificar as potencialidades de cada região e articular atores para a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento com impactos sociais, econômicos e ambientais positivos, aproximando a academia dos poderes públicos locais e da comunidade. O trabalho durou cerca de dois anos e contou com a colaboração de mais de 30 entidades do Poder Público, da iniciativa privada e da sociedade civil. A proposta foi prontamente adotada pelo Ministério da Educação que pretende transformá-la em política pública. Foram implantados três projetos pilotos: no Sudoeste Paulista; na região de Campanha, no Rio Grande do Sul e em Campina Grande, na Paraíba.		
23	<u>AGENDA DE SEGURANÇA CIDADÃ: POR UM NOVO PARADIGMA</u>	2018	0
	Lançado em 2018, o estudo traça diagnósticos e propostas a partir de 5 eixos de pesquisa: elementos estruturais, competências e instrumentos; reestruturação dos sistemas policiais; justiça criminal; sistema penitenciário e, por fim, prevenção à violência, redução de homicídios e políticas setoriais. O objetivo é aprofundar as discussões com a sociedade, a fim de buscar soluções duradouras para a questão da segurança pública no país. O trabalho contou com a participação de um grupo de 15 especialistas do meio acadêmico.		
22	<u>BRASIL 2050: DESAFIOS DE UMA NAÇÃO QUE ENVELHECE</u>	2017	13
	Busca antecipar o cenário para 2050 e faz uma análise completa dos impactos da mudança de perfil populacional, abordando os seguintes aspectos: previdência social; mercado de trabalho; sistema de saúde; violência contra o idoso; mobilidade urbana; educação ao longo da vida; direitos e garantias fundamentais das pessoas idosas e cuidados de longa duração. Tem como objetivos: sensibilizar a sociedade brasileira e os parlamentares das implicações dessa mudança de perfil que ocorre rapidamente em nosso país e informar sobre as oportunidades que se abrem. O esforço resultou na elaboração de nove proposições legislativas. Após o lançamento o trabalho já foi apresentado em conferência em Portugal e nos Estados Unidos.		
21	<u>ARCO NORTE -Um Desafio Logístico</u>	2016	9
	Propõe a implantação de uma nova logística de transporte para o país, com o deslocamento de parte do escoamento da produção agrícola dos já saturados portos das regiões Sul e Sudeste para a Região Norte. Com a nova abordagem sugerida, espera-se reduzir os custos com transporte e aumentar a competitividade dos exportadores brasileiros. O estudo aponta para a implementação de projetos multimodais, integrando rodovias, hidrovias, ferrovias e portos.		

20	<u>AVANÇOS DO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA</u>	2016	0
	O estudo sobre os Avanços do Marco Legal da Primeira Infância, publicado em 2016, em versão digital, reúne artigos de especialistas nacionais e internacionais. Os temas abordados incluem: os retornos econômicos dos investimentos realizados nesta etapa da vida, a valorização da paternidade, educação, saúde, cultura, financiamento e outros. Os textos foram produzidos ao longo das discussões promovidas na Câmara dos Deputados para apreciação do Projeto de Lei nº 6.998 de 2013, que alterava o Estatuto da Criança e do Adolescente. O processo culminou com a sanção da Lei nº 13.257, em 8 de março de 2016, que se convencionou chamar Marco Legal da Primeira Infância.		
19	<u>O DESAFIO DA MOBILIDADE URBANA</u>	2015	10
	Aborda aspectos do problema de mobilidade urbana, tais como: a evolução e o cenário atual da mobilidade urbana; os impactos causados pela imobilidade; o financiamento do setor e a questão do federalismo/cooperativo. Além de sugerir mudanças na legislação, o trabalho aponta ações necessárias em todos os níveis de governo e o aprimoramento de políticas públicas, com maior participação da população, visando melhorias na qualidade de vida das cidades.		
18	<u>INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS ÁGUAS</u>	2015	2
	Oferece atualização quanto à gestão dos recursos hídricos no País. O pensamento quase consensual foi de que a Lei das Águas não deveria ser alterada em sua estrutura e conceitos básicos, mas devia sofrer alterações específicas.		
17	<u>CAPITAL EMPREENDEDOR</u>	2014	6
	O tema central é necessidade de realização de investimentos de risco em participações em empresas que apresentam alto potencial de crescimento e as medidas que devem ser adotadas para a expansão desses investimentos.		
16	<u>MINERAIS ESTRATÉGICOS E TERRAS RARAS</u>	2014	1
	Visa analisar a exploração, o aproveitamento econômico e a cadeia produtiva de minerais e materiais estratégicos para o Brasil.		
15	<u>DESAFIOS À CONVIVÊNCIA COM A SECA</u>	2014	6
	Reúne sugestões para a utilização de novas tecnologias e práticas adequadas à realidade do Semiárido, tendo como foco não apenas soluções paliativas, mas mudanças estruturais, capazes de produzir transformações profundas e duradouras na convivência do homem com a seca.		

14	<u>A REVISÃO DA LEI DE PATENTES (Inovação em Prol da Competitividade Nacional)</u>	2013	2
	Revisa a legislação de patentes do Brasil com o propósito de criar um ambiente favorável à inovação em prol da competitividade nacional.		
13	<u>ENERGIAS RENOVÁVEIS - RIQUEZA SUSTENTÁVEL AO ALCANCE DA SOCIEDADE</u>	2012	2
	Expõe iniciativas para mitigar o uso de combustíveis fósseis no Brasil, bem como a perspectiva de encorajar a utilização de energias renováveis, com a finalidade de, progressivamente, modificar a matriz energética brasileira.		
12	<u>ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</u>	2012	2
	Identifica oportunidades de atividades de extensão tecnológica e de incorporação das micro e pequenas empresas à economia de mercado, além de consolidar estudo relacionado a ações que promovam a redução da mortalidade dos pequenos empreendimentos e o apoio a sua qualificação tecnológica.		
11	<u>SETOR MINERAL: RUMO A UM MARCO LEGAL</u>	2011	1
	Propõe um novo modelo de arrecadação e de tributação do setor mineral e chama atenção para aspectos jurídicos e constitucionais que devem presidir a relação entre o Estado e a iniciativa privada na exploração dos recursos minerais. Visa contribuir com o aprimoramento do marco legal vigente para o setor mineral, em especial quanto à atualização do Código de Mineração de 1967.		
10	<u>A POLÍTICA ESPACIAL BRASILEIRA</u>	2010	2
	Investiga as causas do atraso da política espacial brasileira, lançando ao Parlamento e à sociedade diretrizes e ações para estimular a pesquisa e a produção industrial do setor.		
9	<u>ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A BANDA LARGA</u>	2009	1
	Reproduz um mapeamento da situação brasileira atual no acesso à internet e apresenta sugestões para a definição de políticas públicas na área.		
8	<u>O DESAFIO DO PRÉ-SAL</u>	2009	1
	Reúne as principais questões relativas à definição dos critérios para a exploração das jazidas no país. Entre os temas analisados, destacam-se o modelo de concessão para pesquisa e lavra, a participação do Estado Brasileiro na renda petrolífera, os contratos de partilha de produção, entre outros.		

7	<u>UM COMPUTADOR POR ALUNO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA</u>	2008	0
	O tema centra-se na perspectiva das experiências-piloto do programa UCA à luz de referencial teórico e de experiências internacionais que adotam o paradigma educacional ‘um para um’. O programa, ainda em andamento, terá de superar desafios financeiros, pedagógicos, tecnológicos, logísticos, culturais e políticos para sua efetividade.		
6	<u>RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA - Os Desafios dos Municípios</u>	2008	2
	O estudo avalia as Leis de Responsabilidade Fiscal e de Licitações e Contratos, apresentando testes de autores com diferentes perspectivas sobre o tema.		
5	<u>TV DIGITAL FUTURO E CIDADANIA</u>	2007	1
	O trabalho consolida as principais contribuições do Seminário TV Digital: Futuro e Cidadania, promovida pela Câmara dos Deputados em 2006, às vésperas da definição do padrão digital a ser adotado no Brasil.		
4	<u>CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA POPULAÇÃO</u>	2007	2
	Traça um panorama da educação e da qualificação profissional no Brasil e em outros países e indica caminhos para a consolidação de um novo sistema de ensino profissionalizante no país.		
3	<u>O MERCADO DE SOFTWARE NO BRASIL</u>	2007	1
	Propõe soluções para o setor de Software no Brasil, apresentando ações que reforçam a competitividade da indústria nacional, o incentivo à produção local de programas de computador, a proteção à propriedade intelectual, a concessão de incentivos fiscais à pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos.		
2	<u>A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA</u>	2005	1
	Busca incorporar ao repertório do cidadão a discussão sobre controle das contas públicas e do fortalecimento das políticas monetária e fiscal adotadas no país. Oferece, em linguagem acessível, aspectos relacionados ao equacionamento de questões macroeconômicas.		
1	<u>BIODIESEL E INCLUSÃO SOCIAL</u>	2004	1
	Examina a viabilidade técnica e comercial da biomassa (matéria orgânica, que pode ser utilizada na produção de energia) com fins energéticos no Brasil, o estudo agregou uma dupla perspectiva – incorporar o pequeno agricultor em um programa de geração de emprego e renda e estimular a melhoria do meio ambiente pela produção de fonte renovável e biodegradável.		

6 Estudos em desenvolvimento e atividades administrativas

A cada biênio de uma legislatura, o colegiado do Cedes se reúne para deliberar sobre os temas de novos estudos, considerando o limite de quatro estudos simultâneos.

Em 2023 os estudos aprovados para o biênio 2023/2024 foram:

- O Brasil contra a violência e os preconceitos na escola: por uma escola segura e pela promoção da convivência democrática e cidadã
- Inteligência artificial, inclusão digital automação do trabalho, empregabilidade e previdência: desafios e soluções
- Políticas públicas de combate ao racismo e às desigualdades de gênero na construção de um Brasil justo e desenvolvido
- Reindustrialização brasileira, transição energética e descarbonização

6.1 Agenda de Reuniões de 2024

Tabela 3 Apresenta o total de eventos do ano de 2024, o nome de cada evento e a data da sua realização	
REUNIÕES ORGANIZADAS PELO CEDES	
Total de reuniões em 2024	6
Nome da Reunião	Data
<u>Desafios brasileiros nas políticas para a reindustrialização no contexto da transição energética e da descarbonização</u>	12/03/24
<u>Alterações legislativas para incentivar o setor de TICs no contexto da reindustrialização brasileira</u>	09/04/24
<u>Profissões em Risco: Inteligência Artificial e a Empregabilidade</u>	09/04/24
<u>Alterações legislativas para a reindustrialização do setor automotivo</u>	23/04/24
<u>Alterações legislativas para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização: contribuições do setor químico</u>	14/05/24
<u>Modelos de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola</u>	11/06/24

6.3 Resumo dos eventos coordenados pelo CEDES em 2024

6.3.1 12/3/2024- Desafios brasileiros nas políticas para a reindustrialização no contexto da transição energética e da descarbonização

Links: [Vídeo](#) [Áudio](#) [Fotos](#)

Local: Anexo II, Plenário 12

Horário: 17h00

Na audiência pública "Desafios brasileiros nas políticas para a reindustrialização no contexto da transição energética e da descarbonização", busca-se avaliação de autoridades e especialistas na área de políticas industriais sobre a formulação e a execução das políticas atuais, organizadas em torno do Plano Nova Indústria Brasil (NIB), e sobre as perspectivas com respeito aos efeitos dessas políticas e à necessidade de alterações legislativas para o objetivo da reindustrialização brasileira sob novas bases.

O estudo pretende realizar discussão sobre setores industriais específicos e tecnologias transversais, a relação da indústria com serviços e agricultura e os desafios produtivos e tecnológicos setoriais da indústria brasileira que seja tecnologicamente avançada e ambiental e socialmente sustentável.

O contexto mundial de políticas públicas e planos de desenvolvimento econômico e social mostra que as principais economias têm realizado políticas industriais ativas para a reindustrialização ou o emparelhamento frente à fronteira tecnológica, buscando aproveitar as tecnologias da Indústria 4.0 e a transição energética e ambiental, bem como criar empregos de qualidade e reduzir desigualdades.

1- Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Cedes e pelos relatores do estudo

Presidente do Cedes: Deputado Da Vitória;

Relator Deputado Félix Mendonça Jr

Relator Deputado Pedro Uczai e

Relator Deputado Dr. Luiz Ovando2. Apresentação dos palestrantes

- Felipe Machado, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC;
- Samantha Cunha, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria;
- Verena Hitner Barros, Secretária-executiva da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial do MDIC; e
- Lucas Ramalho Maciel - Secretaria de Economia Verde - MDIC

3. Debate entre os deputados relatores do estudo, consultores legislativos e palestrantes sobre o tema da audiência

Consultores legislativos: Pedro Garrido da Costa Lima

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES
Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024



6.3.2 09/4/2024- Alterações legislativas para incentivar o setor de TICs no contexto da reindustrialização brasileira

Local : Anexo II, Plenário 04

Links: [Vídeo \(youtube\)](#) [Áudio](#) [Fotos](#)

Na audiência pública "Alterações legislativas para incentivar o setor de TICs no contexto da reindustrialização brasileira", ", busca-se avaliação de autoridades, especialistas e representantes do setor sobre a necessidade de incentivos e instrumentos adequados na política industrial para o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs no país e seu impacto na reindustrialização brasileira sob novas bases, além de benefícios dessas atividades sobre a inovação e sobre a transição energética e a descarbonização.

Alguns dos objetivos do estudo são: examinar as políticas industriais das principais economias e os instrumentos que têm sido utilizados atualmente; identificar setores industriais promissores para o desenvolvimento econômico e social brasileiro; sugerir diretrizes para a política industrial brasileira no contexto da transição energética e da descarbonização; identificar as possibilidades de aumento do investimento público e privado na transição energética e na descarbonização puxadas pela indústria, especialmente por meio da bioeconomia e a bioindústria; além de outros.

1 Abertura dos trabalhos pelos relatores do estudo

Deputado Félix Mendonça Jr

Deputado Pedro Uczai e

Deputado Dr. Luiz Ovando

2 Apresentação dos palestrantes

- Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

- Rosilda Prates, Presidente da P&D Brasil

- Augusto Cesar Gadelha Vieira, Presidente do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada CEITEC

3 Debate entre os deputados relatores do estudo, consultores legislativos e palestrantes sobre o tema da audiência

Consultores legislativos: Pedro Garrido, Henrique Leite, Wagner Tavares, Rafael Amorim, Márcio Valadares, Paula Santos e Claudio Nazareno

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES
Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024



6.3.3 09/04/2024 - Profissões em Risco: Inteligência Artificial e a Empregabilidade

Local : Anexo II, Plenário 04

Links: [Vídeo](#) [Áudio](#) [Fotos](#)

O objetivo desta audiência "Profissões em Risco: Inteligência Artificial e a Empregabilidade" é explorar e abordar questões cruciais do impacto da Inteligência Artificial nas profissões atuais e futuras; avaliar os desafios enfrentados pelos profissionais afetados; e explorar estratégias de requalificação e reorientação profissional.

Ao abordar esses objetivos, a audiência busca fornecer insights valiosos para políticas públicas, estratégias empresariais e iniciativas de desenvolvimento de habilidades que possam ajudar os profissionais a se adaptarem e prosperarem em um mundo cada vez mais impulsionado pela inteligência artificial.

1 Abertura dos trabalhos pelo deputado relator do estudo

Deputado Hélio Lopes

2 Apresentação dos palestrantes:

- Marcello Luiz de Souza Junior, Gerente de Unidade de Inteligência de Mercado do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo- SENAI-SP
- Tiago Manke, Pesquisador e Especialista associado do Cappra Institute for Data Science
- Edgar Andrade, CEO Fab Lab Recife e Head Startupbootcamp no Brasil

3 Debate entre o deputado relator, palestrantes, consultores e convidados

Angelo Azevedo Queiroz, Consultor Legislativo

Guilherme Pereira Pinheiro, Consultor Legislativo

Igor Manuel Moreira Lima, Consultor Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES
Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024



6.3.5 23/4/24 – Alterações legislativas para a reindustrialização do setor automotivo

Local: Anexo II, Plenário 04

Links: [Vídeo](#) [Áudio](#) [Fotos](#)

Na audiência pública "Alterações legislativas para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização: contribuições do setor automotivo" busca-se discutir e elaborar propostas relacionadas às mudanças legislativas necessárias para impulsionar a reindustrialização do Brasil, promover a transição energética e alcançar metas de descarbonização, com um foco específico nas contribuições e perspectivas do setor automotivo.

Alguns dos objetivos do estudo são: examinar as políticas industriais das principais economias e os instrumentos que têm sido utilizados atualmente; identificar setores industriais promissores para o desenvolvimento econômico e social brasileiro; sugerir diretrizes para a política industrial brasileira no contexto da transição energética e da descarbonização; identificar as possibilidades de aumento do investimento público e privado na transição energética e na descarbonização puxadas pela indústria, especialmente por meio da bioeconomia e a bioindústria; além de outros.

1- Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Cedes e pelos relatores do estudo

Presidente do Cedes: Deputado Da Vitória;

Relator Deputado Félix Mendonça Jr

Relator Deputado Pedro Uczaí e

Relator Deputado Dr. Luiz Ovando

2 Apresentação dos palestrantes

- Margarete Gandini, Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC;

- Maria Perpétua de Almeida, Diretora de Economia Sustentável e Industrialização da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI);

- Henry Joseph, Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea);

- Thiago Sugahara, Diretor de Veículos Leves e integrante do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE);

- Gábor Déak, Diretor de Tecnologia do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores.

3 Debate entre os deputados relatores do estudo, consultores legislativos e palestrantes sobre o tema da audiência

Consultores legislativos: Pedro Garrido, Henrique Leite, Wagner Tavares, Rafael Amorim, Márcio Valadares, Paula Santos e Claudio Nazareno

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES
Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024



6.3.6 14/5/2024 – Alterações legislativas para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização: contribuições do setor químico

Local: Anexo II, Plenário 04

Links: [Vídeo](#) [Áudio](#) [Fotos](#)

Na audiência pública "Alterações legislativas para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização: contribuições do setor químico" busca-se avaliação de autoridades, especialistas e representantes do setor sobre a necessidade de incentivos e instrumentos adequados à política industrial para o desenvolvimento dos diversos ramos do setor químico no País. É imprescindível a discussão, inclusive diante do cenário internacional, sobre a necessidade de avanços do setor químico no adensamento produtivo para a reindustrialização brasileira, a qual deve ser realizada sob novas bases, além da contribuição do setor para a inovação, a transição energética e a descarbonização.

Alguns dos objetivos do estudo são: examinar as políticas industriais das principais economias e os instrumentos que têm sido utilizados atualmente; identificar setores industriais promissores para o desenvolvimento econômico e social brasileiro; sugerir diretrizes para a política industrial brasileira e identificar as possibilidades de aumento do investimento público e privado no contexto da transição energética e da descarbonização, especialmente por meio da bioeconomia e a bioindústria; além de outros.

1- Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Cedes e pelos relatores do estudo

Presidente do Cedes: Deputado Da Vitória;

Relator Deputado Félix Mendonça Jr

Relator Deputado Pedro Uczai e

Relator Deputado Dr. Luiz Ovando

2- Apresentação dos palestrantes

- Eduardo Carlos Weaver, Coordenador Geral da Secretaria de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC
- Paulo Gala, Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) e Conselheiro da FIESP (virtual)
- Paulo Carvalho Engler Pinto Jr, Diretor Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza (ABIPLA)
- André Passos Cordeiro, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim)
- Jorge Boeira - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

3- Debate entre os deputados relatores do estudo, consultores legislativos e palestrantes sobre o tema da audiência

Consultores legislativos: Pedro Garrido, Henrique Leite, Wagner Tavares, Rafael Amorim, Márcio Valadares, Paula Santos e Claudio Nazareno



6.3.7 11/6/2024 – Modelos de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola

Local: Anexo II, Plenário 12

Links: [Vídeo](#) [Áudio](#) [Fotos](#)

Esta audiência pública faz parte do estudo "O Brasil contra a Violência e os Preconceitos na Escola: por uma Escola Segura e pela Promoção da Convivência Democrática e Cidadã" que tem como objetivo geral considerar as experiências internacionais e nacionais no enfrentamento à violência no ambiente escolar da educação básica, debater a complexidade do fenômeno da violência e dos preconceitos, levantando aspectos acerca da sua prevenção e de seu enfrentamento por meio da transformação cultural, bem como estratégias orientadas por uma visão sistêmica e sustentável da oferta de políticas de educação e outras complementares e necessárias à garantia de direitos fundamentais, com vistas à elaboração de uma proposta de Política Nacional de Enfrentamento à Violência e aos Preconceitos na Escola.

1. Abertura dos trabalhos pelos relatores do estudo

- Deputado Da Vitória
- Deputado Reginaldo Lopes
- Deputado Victor Linhalis
- Deputado Osmar Terra

2. Apresentação dos palestrantes

- Quésia Pereira Cabral, Delegada de Polícia Civil do Estado do Pará atuando no Laboratório de Operações Cibernéticas do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Coronel Alcino Lagares Côrtes Costa, coronel da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais
- Catarina Gonçalves, Professora da Universidade Federal de Pernambuco
- Vicente Aquino, Conselheiro Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
- Sérgio Fernando Harfouche, Procurador de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul
- Capitã Lilian Aparecida Fernandes Dias, Chefe da Seção de Prevenção às Drogas e Proteção Escolar da Polícia Militar de Minas Gerais
- Osvaldo Roberto Lemos, Coordenador de Projeto do Ministério da Educação

3. Debate entre os deputados relatores do estudo, consultores legislativos e palestrantes sobre o tema da audiência

Consultores legislativos: Renato Gilioli, Bárbara Aguiar Lopes, Alisson Minduri Capuzzo e Marco Bensusan



6.5 Atividades Administrativas

Elaboração de planos de estudo com agenda de eventos online usando a ferramenta GoogleDocs para cada estudo coordenado pelo CEDES. Esta ferramenta facilitou a troca de informação entre a equipe técnica do CEDES, os consultores responsáveis por cada estudo, os deputados e os assessores parlamentares dos deputados relatores dos estudos.

- Elaboração e aprimoramento dos mailings dos estudos. Essa base proporciona uma maior confiabilidade para a recuperação de informações em longos períodos de tempo.
- Elaboração de check list para preparação, acompanhamento e providências pré e pós: reuniões, palestras, seminários e lançamentos de publicações.
- Atualização do [site do CEDES no portal da Câmara](#) e das páginas no [Facebook](#), [Twitter](#), [Youtube](#) e [LinkedIn](#). Tanto o site como as redes sociais são utilizadas para a divulgação das atividades rotineiras do Centro. A atividade é feita pela equipe do Cedes que fornece conteúdo com qualidade e relevância, a fim de proporcionar uma maior visibilidade do órgão.
- Criação de Grupos de Contatos no OUTLOOK para envio de email para cada grupo de estudos.
- Gravação em vídeo feito pelo servidor do CEDES de todos os eventos com disponibilização online na página do CEDES e no YOUTUBE utilizando da Câmara Fotográfica adquirida em 2018.
- Postagem das fotos na página do CEDES do [Facebook](#) e publicação dos vídeos das reuniões no [Youtube](#) além do link desta página estar no site do CEDES. Ressaltando que as fotos e os vídeos são feitos por servidores do CEDES durante os eventos e reuniões.

7 ANEXOS

7.1 Processos administrativos criados e/ou tramitados pelo CEDES em 2024

Tabela 4 Apresenta o número do protocolo, título, destino com data e hora de envio e recebimento de cada processo administrativo tramitado pelo CEDES em 2024.

Protocolo	Título	Destino	Data e hora de envio	Recebimento
338517/2024	Serviços de Chaves e Fechaduras (exceto Gabinetes)	SEROB.UT	22/02/2024	22/02/2024
351378/2024	Reserva de Plenário - DECOM - CEDES - 12MAR24_17H	SAPLEN.UT	27/02/2024	28/02/2024
351608/2024	Serviços de Manutenção/Reparos - Serviços Gerais	SEROB.UT	28/02/2024	29/02/2024
430600/2024	Reserva de Plenário - DECOM - Audiência Pública Profissões em Risco -CEDES-2_4	SAPLEN.UT	19/03/2024	19/03/2024
434756/2024	Reserva de Plenário - DECOM Audiência Pública REINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA-CEDES-2_4_17H	SAPLEN.UT	20/03/2024	20/03/2024
524884/2021	Solicitação de licença do aplicativo zoom para o CEDES	DITEC.UT	20/03/2024	21/03/2024
435569/2024	Reserva de Plenário - DECOM-9ABRIL 17H - REINDUSTRIALIZAÇÃO	SAPLEN.UT	20/03/2024	20/03/2024
435572/2024	Reserva de Plenário - DECOM -9ABR 10H - INTELIGENCIA ARTIFICIAL	SAPLEN.UT	20/03/2024	20/03/2024
505626/2024	Solicitação de plenário para Reunião CEDES 23/04 17H	SAPLEN.UT	11/04/2024	11/04/2024

551157/2024	Serviços de Manutenção/Reparos - Serviços Gerais - P_7600 - Juliana Fernandes Camapum	SEROB.UT	24/04/2024	24/04/2024
551351/2024	Fornecimento de estante para material de copa - CEDES	SEGE-DEM-UT	24/04/2024	29/04/2024
575694/2024	Solicitação de plenário para AUDIÊNCIA PÚBLICA do Grupo de Estudos do CEDES sobre REINDUSTRIALIZAÇÃO, 14/5/2024 (terça- feira) de 17:00h às 19:00h	SAPLEN.UT	01/05/2024	02/05/2024
616289/2024	Reserva Plenário Seminário "Modelos de Enfrentamento à Violência e aos Preconceitos na Escola"	SAPLEN.UT	13/05/2024	13/05/2024
616324/2024	Solicitação de reimpressão de PASTAS do CEDES com bolso	CGRAF.UT	13/05/2024	13/05/2024
616393/2024	Autorização e apoio institucional para a realização no Auditório Nereu Ramos do Seminário "Modelos de Enfrentamento à Violência e aos Preconceitos na Escola" no dia 13/6/2024	GAB-PRESI.UT	13/05/2024	13/05/2024
616471/2024	Confecção de material de publicidade para Seminário "Modelos de Enfrentamento à Violência e aos Preconceitos na Escola" no Auditório Nereu Ramos no dia 13 de junho de 2024 de 9h às 18h	DIREX.UT	13/05/2024	13/05/2024
728788/2024	Reserva Plenário DECOM para Audiência Pub Cedes 25junho17h	SAPLEN.UT	12/06/2024	13/06/2024
778644/2024	Reserva Plenário Audiência Pública 10JULHO17H "Alterações legislativas para uma macroeconomia favorável à reindustrialização brasileira, à transição energética e à descarbonização	SAPLEN.UT	26/06/2024	26/06/2024
796584/2024	Serviços de Manutenção/Reparos - Serviços Gerais - P_7600 - Juliana Fernandes Camapum	SEROB.UT	01/07/2024	01/07/2024
1059085/2024	Exoneração/nomeação cargo natureza especial -Clely - Claudio	SECNE.UT	05/09/2024	05/09/2024

7.2 Acompanhamento das proposições legislativas

Tabela 5 Apresenta os dados das proposições legislativas criadas a partir da de cada estudo do CEDES.

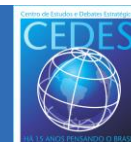
RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO PÓS-PANDEMIA – 2023 – Série Estudos Estratégicos. Nº 15			
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2022	PLP 150/2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Institui a Política Nacional de Bioeconomia, em articulação com a implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, regulamenta o § 1º do art. 174 da Constituição Federal, prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo, cria o Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.
2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Institui a Política Nacional de Conectividade da Agricultura Familiar.
2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para aperfeiçoar as disposições relativas às margens de preferência para contratação de bens manufaturados nacionais e serviços nacionais.
2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a Lei nº 8.036, 11 de maio de 1990, para modificar a forma de recolhimento de depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o falido e a gestão da massa falida.
2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para dispor sobre a subcapitalização de pessoas jurídicas.
2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para dispor sobre a publicação na rede mundial de computadores (internet) de demonstrações financeiras de sociedades de grande porte.

2023	PL ____/2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a destinação e contribuições aos Fundos que especifica visando à implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, bem como altera a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.
2023	INDICAÇÃO, 2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministério da Educação e ao Ministério do Trabalho e Previdência a adoção de políticas públicas voltadas a estimular o desenvolvimento de programas de capacitação em tecnologias digitais e o desenvolvimento de aplicativos, plataformas de comércio eletrônico e internet das coisas.
2023	INDICAÇÃO, 2023	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a criação de uma linha transversal de financiamento para o fomento a pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e serviços relacionados à tecnologia digital, em especial o 5G e OpenRAN, com recursos oriundos dos fundos setoriais de ciência e tecnologia.
TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 2022– Série Estudos Estratégicos. Nº 14			
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere que o Poder Executivo adote as medidas de gestão necessárias para avaliar o cumprimento do Programa Banda Larga nas Escolas – PBLE – e corrigir as eventuais falhas identificadas na sua execução.
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministério das Comunicações a inclusão de representantes do Consed, da Undime, do Congresso Nacional e de entidades da sociedade civil da área de educação no Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas – GAPE.
2022	PL ____/2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que os compromissos de investimento decorrentes da migração das concessões de telefonia fixa para o regime de autorização priorizem a execução de projetos de conectividade das escolas públicas do ensino básico.
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a inclusão de informações relacionadas à formação docente, inicial e continuada, para o uso de tecnologias digitais nas práticas pedagógicas, e ao uso pedagógico de recursos educacionais digitais, nas diferentes etapas de ensino, no Censo Escolar da Educação Básica.
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a adoção de gestão compartilhada para aquisição de equipamentos de acesso à internet, no âmbito do Programa de Inovação Educação Conectada (Piec).
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a adoção de ações voltadas para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica que contemplem o desenvolvimento de competências e habilidades para o uso pedagógico das TDICs.
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a adoção de providências para o financiamento e curadoria de recursos educacionais digitais para as escolas conectadas participantes do Programa de Inovação Educação Conectada (Piec).

2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a adoção de instrumentos de monitoramento das ações e resultados do Programa de Inovação Educação Conectada (Piec), regulamentação do Comitê Consultivo de que trata a Lei nº 14.180/2021, e de divulgação de ações, informações e serviços, inclusive os de responsabilidade de entidades parceiras, no portal do programa.
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a adoção de quota orçamentária para os projetos relacionados ao eixo inovação, área inclusão digital e conectividade, com ênfase no desenvolvimento de projetos pedagógicos integrados a TDICs, no âmbito do Programa Brasil na escola.
2022	INDICAÇÃO, 2022	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a adoção de providências no sentido de promover a gestão compartilhada e a inclusão da proteção de dados pessoais de estudantes, professores e gestores, no Programa de Inovação Educação Conectada (Piec).
CIDADES INTELIGENTES: uma abordagem humana e sustentável Ano 2021 – Série Estudos Estratégicos. Número 12			
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2021	PL 976/2021	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI), com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, e dispõe sobre os princípios e diretrizes que a nortearão, os seus objetivos, as ações a serem realizadas, os recursos alocáveis e dá outras providências.
2021	Indicação ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a instituição de programa para estímulo e fomento da digitalização de serviços públicos nos Municípios.
2021	Indicação ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a instituição de programa para apoiar e capacitar os gestores públicos em prol da inovação e da eficiência na gestão das cidades.
2021	Indicação ao Presidente da República	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Poder Executivo a célere e prioritária operacionalização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)
2021	Indicação ao Presidente da República	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Poder Executivo que empreenda ações de coordenação e indução junto aos demais entes federados relacionadas ao uso de tecnologia, como um programa de treinamento e capacitação de gestores públicos, bem como a publicação de guias de referência sobre soluções de tecnologia de informação, os quais deveriam considerar aspectos como a titularidade dos dados produzidos e o custo total de aquisição.

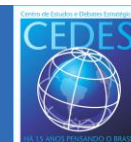
2021	Indicação ao Presidente da República	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a criação de comitê de acompanhamento do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelo Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações ações para promoção e divulgação, junto às ICTs, órgãos da administração pública e demais atores do sistema nacional de inovação, dos instrumentos possibilitados pelo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações o início de tratativas para institucionalização de um banco nacional de soluções para cidades inteligentes.
2021	Indicação ao Ministro de Estado das Comunicações	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministro das Comunicações a elaboração de guias e ferramentas que visem o licenciamento urbano simplificado de infraestrutura.
2021	Indicação ao Ministro de Estado das Comunicações	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministro das Comunicações a promoção de estudos, em conjunto com o MEC e demais atores do setor educacional, no sentido de que nos próximos editais de radiofrequência e em outros instrumentos regulatórios sejam criados mecanismos para aumento da conectividade nas escolas.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Educação	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a criação de uma política nacional de inovação e tecnologia na educação, em conjunto com os sistemas estaduais e municipais de educação.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Educação	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a criação de programa nacional de melhoria da aprendizagem em Matemática e Leitura em parceria com sistemas de ensino estaduais e municipais e as universidades.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Educação	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere acompanhamento e apoio, com prioridade, da política de formação de professores da educação básica.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Educação	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a criação do Censo da Educação Profissional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES
Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024



2021	Indicação ao Ministro de Estado da Educação	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a ampliação de vagas nos cursos de nível técnico e superior em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e das Universidades Federais.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Educação	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a previsão, nos padrões de infraestrutura das escolas, de alocação de espaços multifuncionais de criação.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Educação	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a inclusão dos conteúdos ensinados em sala de aula, e dos conteúdos a serem avaliados, por componente curricular, em plataforma digital para acompanhamento dos pais ou responsáveis.
2021	Indicação ao Ministro de Estado da Saúde	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere mecanismos que incentivem a adesão mais célere, por parte dos municípios, a programas federais destinados à saúde.
2021	Indicação ao Ministro do Desenvolvimento Regional	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere o estímulo e fomento ao uso de ferramentas digitais georreferenciadas para gestão e modelamento de serviços nas cidades.
2021	Indicação ao Ministro do Desenvolvimento Regional	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a continuação do processo de desenvolvimento e aplicação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes.
2021	Requerimento de Informação ao TCU	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Requer informações ao Tribunal de Contas de União sobre as conclusões, tão logo elas sejam alcançadas, do Projeto Contratação da Inovação, realizado em seu Laboratório de Inovação (Colab-i), bem como sobre as próximas etapas de atuação do órgão de controle na temática.
2021	Indicação ao Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a contratação de inovação no serviço público, com foco nos resultados alcançados pelo Laboratório de Inovação do TCU.
2021	Indicação ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere à Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) a elaboração de requerimento de auditoria operacional ao TCU sobre o andamento e eficiência do Programa Brasileiro para Cidades Inteligentes Sustentáveis e, especialmente, da Câmara de Cidades 4.0.
SEGURANÇA PÚBLICA: PRIORIDADE NACIONAL: Ano 2018 - Série Estudos Estratégicos. Número 10			

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES
Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024



ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2015	RIC 756/2015	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Requer ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça informações acerca do tempo médio de cumprimento de pena em regime fechado em determinados crimes.
2018	PEC Nº , DE 2018	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Altera a Constituição Federal para dispor sobre o sistema de segurança pública, seus órgãos e seu financiamento, cria o Conselho Nacional de Segurança Pública e dá outras providências.
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS:			
Ano 2018 - Série Estudos Estratégicos. Número 9			
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2017	INC 4068/2017	Julio Lopes - PP/RJ	Sugere ao Ministro da Educação o estabelecimento de parcerias com e incentivos às Instituições de Ensino Superior para o mapeamento econômico-ecológico do território nacional.
2017	INC 4011/2017	Julio Lopes - PP/RJ	Sugere a ao estabelecimento de parcerias com e incentivos às Instituições de Ensino Superior para o mapeamento econômico-ecológico do território nacional.
2018	INDICAÇÃO Nº , DE 2018	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministério da Educação (MEC) que crie Programa Nacional de Apoio à Implementação e Manutenção de Centros de Desenvolvimento Regional (CDRs) em Instituições de Ensino Superior (IES) e em Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs).
2018	INDICAÇÃO Nº , de 2018	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministério da Educação (MEC) que faça gestões junto à Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (Capes) para que sejam modificados os critérios de avaliação da pós-graduação stricto sensu, valorizando mais do que atualmente a extensão e exigindo maior integração entre pesquisa acadêmica, ensino e extensão.
2018	INDICAÇÃO Nº , de 2018	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Sugere ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que faça gestões junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no sentido de que sejam de que sejam elaborados editais, programas ou outros instrumentos pertinentes destinados a estimular a articulação entre empresas, instituições de ensino superior e poderes públicos locais para promover o desenvolvimento locorregional, tendo como referência os pressupostos estudo "Instituições de ensino superior (IES) e desenvolvimento regional: desafios e potencialidades" (Câmara dos Deputados) e do projeto correlato "Participação das universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa no desenvolvimento regional sustentável", desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).
2018	COMISSÃO GERAL REQUERIMENT O Nº , de 2018	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Requer a transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral para fins de debater a temática do desenvolvimento regional e a instituição de Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT).

2018	PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2018	Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos	Institui Comitê de Avaliação de Iniciativas de Desenvolvimento Territorial Integrado (CIDTI) e o Prêmio Iniciativas de Desenvolvimento Territorial Integrado (PIDTI) da Câmara dos Deputados.
Brasil 2050 Desafios de uma Nação que Envelhece: Ano 2017 - Série Estudos Estratégicos. Número 8			
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2017	INC 4065/2017	Ronaldo Carletto - PP/BA	Sugere a adoção de política integrada voltada à educação para toda a vida com enfoque na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
2019	PL 205/2019 reapresenta o PL 7770/2017	Roberto de Lucena - PODE/SP	Altera o Código de Trânsito Brasileiro para instituir sinalização indicativa de vaga de estacionamento reservada a idosos, padronizada em todo o território nacional.
2019	PL 5312/2019	Flávia Arruda (PL/DF)	Altera o inciso XV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta anos
2019 e 2017	PL 176 de 2019 (Dep. Igor Timo) reapresenta o PL 7346 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer políticas que contribuam com a empregabilidade do idoso. - 19/12/2017 Apresentação do Parecer do Relator n. 5 CCJC, pelo Deputado Lincoln Portela (PRB-MG).
2017	PL 8673/2017 apensado ao PL- 8620/2017	Cristiane Brasil - PTB/RJ	Acrescenta o § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), para destinar percentual de vagas ociosas às pessoas idosas
2017	PL 7347 de 2017 (O número do PL apresentado anteriormente pela Deputada Cristiane Brasil é 7076 de 2017)	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências", e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para dispor sobre medidas de promoção do envelhecimento ativo.
2017	Indicação 3252 de 2017 (O número da Indicação apresentada pela Deputada Cristiane Brasil é 3057 de 2017)	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Sugere ao Sr. Presidente da República a reativação das ações concernentes ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

2017	Indicação 3253 de 2017 (O número da Indicação apresentada pela Deputada Cristiane Brasil é 3056 de 2017)	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Sugere medidas relativas à adoção de política integrada voltada à educação para toda a vida.
2017	Indicação 3254 de 2017 (O número da Indicação apresentada pela Deputada Cristiane Brasil é 3094 de 2017)	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Sugere ao Ministério da Educação definir, mediante resolução, a operacionalização da inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso nos currículos dos diversos níveis da educação básica.
2017	Indicação 3255 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Sugere medidas relativas à destinação de mais recursos e esforços para ampliar a oferta de vagas nos cursos de formação de cuidadores no âmbito do Pronatec.
2017 e 2019	PL 174 de 2019 reapresenta o PL 7348 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Cria a política de apoio ao cuidador informal e ao atendente pessoal não remunerados de pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades da vida diária.
2017 e 2019	PL 175 de 2019 reapresenta o PL 7349 de 2017 (PL 7070 de 2017 sobre mesmo assunto foi apresentado antes pela Deputada Cristiane Brasil)	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Modifica a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, para favorecer a inserção e a participação cultural dos idosos brasileiros.
2017 e 2019	PL 187 DE 2019 (Dep. Igor Timo) reapresenta o PL 7350 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos	Tipifica crimes contra a pessoa idosa.

e Debates
Estratégicos)**O Desafio da Mobilidade Urbana: Ano 2015 - Série Estudos Estratégicos. Número 7**

ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2016	PL 5988/2016 - Transformado na Lei Ordinária 13508/2017	Lúcio Vale - PR/PA , Ariosto Holanda , Capitão Augusto - PR/SP , Carlos Melles - DEM/MG , Evair Vieira de Melo - PV/ES , Jaime Martins - PSD/MG e outros	Institui o Dia Nacional do Ciclista.
2016	PL nº 5.010, de 2016	Lúcio Vale - PR/PA, Ariosto Holanda - PDT/CE, Carlos Melles - DEM/MG, Evair de Melo - PV/ES, Paulo Teixeira - PT/SP, Remídio Monai - PR/RR e outros	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
2017	PL 7114 de 2017	Lúcio Vale - PR/PA , Ronaldo Benedet - PMDB/SC	Dispõe sobre o financiamento pela União das ações de capacitação e gestão em mobilidade urbana.
2016	PL nº 5.009, de 2016	Lúcio Vale - PR/PA, Ronaldo Benedet - PMDB/SC, Beto Rosado - PP/RN, Cabo Sabino - PR/CE, Cristiane Brasil - PTB/RJ, Félix Mendonça Júnior - PDT/BA e outros	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a proteção do pedestre e do ciclista.

2016	PL nº 5.011, de 2016	Lúcio Vale - PR/PA, Ronaldo Benedet - PMDB/SC, Ariosto Holanda - PDT/CE, Beto Rosado - PP/RN, Cabo Sabino - PR/CE, Carlos Melles - DEM/MG e outros	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.
2016	PEC 244/2016	Dos Srs. Lúcio Vale, Ronaldo Benedet e outros	Acrescenta a alínea "d" ao inciso II do § 4º e o § 5º ao art. 177 da Constituição Federal.
2016	PEC 243 de 2016	Dos Srs. Lúcio Vale, Ronaldo Benedet e outros	Altera o art. 160 e o art. 241 da Constituição Federal, para permitir que a União condicione a entrega das parcelas de arrecadação de tributos que cabem a outros entes federativos ao pagamento dos débitos do ente recebedor com consórcios públicos; e para permitir a transferência direta para os consórcios públicos dos recursos de que trata o art. 159, inciso I, alíneas "a", "b", "d" e "e"
2016	Indicação nº 2.198, de 2016	Lúcio Vale - PR/PA, Ronaldo Benedet - PMDB/SC, Ariosto Holanda, Beto Rosado - PP/RN, Capitão Augusto - PR/SP, Cabo Sabino - PR/CE, Carlos Melles - DEM/MG e outros	Sugere a adoção de medidas voltadas à integração das ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, com atenção especial para a mobilidade urbana.
2016	Indicação nº 2.199, de 2016	Lúcio Vale - PR/PA, Ronaldo Benedet - PMDB/SC, Ariosto Holanda, Beto Rosado - PP/RN, Capitão Augusto - PR/SP, Cabo Sabino - PR/CE, Carlos Melles - DEM/MG e outros	Sugere a adoção de medidas e ações visando a melhoria da governança da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

2016	Indicação nº 2.200, de 2016	Lúcio Vale - PR/PA, Ronaldo Benedet - PMDB/SC, Ariosto Holanda - PDT/CE, Beto Rosado - PP/RN, Capitão Augusto - PR/SP, Cabo Sabino - PR/CE, Carlos Melles - DEM/MG e outros	Sugere a adoção de medidas visando ao financiamento dos planos de mobilidade urbana e a capacitação dos agentes do poder público municipal envolvidos na elaboração desses planos, bem como a realização de campanhas de conscientização da população sobre o tema.
Arco Norte: um Desafio Logístico: Ano 2016 - Série Estudos Estratégicos. Número 6			
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2016	Indicação nº 2619, de 2016	Dos Srs. Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)	Sugere ao Poder Executivo a revogação do Decreto nº 8.129, de 2013, que instituiu a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Nacional e tratou da Valec nas concessões ferroviárias.
2017	Requerimento de Urgência 6212/2017	Dos Srs. Lúcio Vale, Remidio Monai outros	Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, e seus apensos.
	SBT-A 1 CAPADR => PL 3729/2004 (EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI NO 3.729/2004)	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Dispõe sobre o processo de licenciamento ambiental, regulamenta o art. 225, inciso IV da Constituição Federal e o art. 10º da Lei 6.938 de 1981.
2017	RI nº 2819 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale, Remidio Monai outros	Requer seja encaminhado pedido escrito de informação ao Advogado-Geral da União a respeito de dados sobre o tempo que grandes obras ficam paradas em virtude de concessão de liminares pela Justiça
2017	Projeto de Lei nº 7230 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale, Remidio Monai outros	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a contratação de projetos e serviços de consultoria
2017	Projeto de Lei nº 7229 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale, Remidio Monai outros	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre modalidades de garantias e dá outras providências

2017	Projeto de Lei nº 7228 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale, Remidio Monai outros	Regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, para instituir normas gerais voltadas à realização de licitações e à celebração de contratos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências
2017	Projeto de Lei nº 7227 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale, Remidio Monai outros	Altera a Lei nº 12.379, de 6 janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação
2017	PEC 321 de 2017	Dos Srs. Lúcio Vale, Remidio Monai outros	Dá nova redação aos arts. 108,165 e 175 da Constituição Federal

Instrumentos de Gestão Das Águas: Ano 2015 - Série Estudos Estratégicos. Número 5

ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2015	PL nº 1.907, de 2015	Lúcio Vale - PR/PA, Félix Mendonça Júnior - PDT/BA, Capitão Augusto - PR/SP, Cristiane Brasil - PTB/RJ e outros	Altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências
2015	Indicação		Sugere ao Poder Executivo a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para se manifestar quanto às propostas de alteração da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 ("Lei das Águas") contidas no Projeto de Lei, de 2015, de autoria do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes).

Capital Empreendedor: Ano 2014 - Série Estudos Estratégicos. Número 4

ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2018	PL 9590/2018	Jhc - PSB/AL	Dispõe sobre startups e apresenta medidas de estímulo à criação dessas empresas, e dá outras providências.
2014	PLP nº 446, de 2014	José Humberto - PSD/MG, Inocêncio Oliveira - PR/PE, Dr. Paulo César - PR/RJ e outros	Estabelece incentivos, inclusive por meio do aprimoramento do ambiente de negócios no País, aos investimentos efetuados em participações empresariais por meio de capital empreendedor.
2014	RIC nº 4.618, de 2014	José Humberto - PSD/MG, Inocêncio Oliveira, Dr. Paulo César e outros	Requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda referentes à estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei Complementar nº 446, de 2014, que "dispõe sobre o aprimoramento do ambiente de negócios no País e estabelece incentivos aos investimentos efetuados mediante participações empreendedoras".

2014	Indicação nº 6.635, de 2014	José Humberto - PSD/MG, Inocêncio Oliveira - PR/PE, Dr. Paulo César - PR/RJ e outros	Sugere uma abordagem para a elaboração da regulamentação à Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, que “institui o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e o Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e dá outras providências”.
2014	Indicação nº 6.636, de 2014	José Humberto - PSD/MG, Inocêncio Oliveira - PR/PE, Dr. Paulo César - PR/RJ e outros	Sugere a adoção de medidas que permitam ao exequente o acesso, de forma centralizada, à informação dispersa nos diversos serviços notariais ou de registro quanto à existência ou inexistência de bens passíveis de serem indicados à penhora ou arresto, de maneira a possibilitar a averbação do direito de preferência do credor no referido registro ou serviço notarial. de Lei de autoria do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes).
2014	Indicação nº 6.637, de 2014	José Humberto - PSD/MG, Inocêncio Oliveira - PR/PE, Dr. Paulo César - PR/RJ e outros	Sugere a elaboração de regulamentações, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, que objetivem a expansão dos investimentos de sociedade seguradoras e de resseguradores em fundos de investimento em participações.

Minerais Estratégicos e Terras-Raras: Ano 2014 - Série Estudos Estratégicos. Número 3

ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
	Projeto de Lei		Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento e criar uma participação especial no setor mineral.

Desafios à Convivência com a Seca: Ano 2014 - Série Estudos Estratégicos. Número 2

ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2007	Emenda		Emenda nº 1 ao Substitutivo da CMADS ao Projeto de Lei nº 2.447, de 2007 (apenso o Projeto de Lei nº 328, de 2007)
2007	Emenda		Emenda nº 2 ao Substitutivo da CMADS ao Projeto de Lei nº 2.447, de 2007 (apenso o Projeto de Lei nº 328, de 2007)
2007	Emenda		Emenda nº 3 ao Substitutivo da CMADS ao Projeto de Lei nº 2.447, de 2007 (apenso o Projeto de Lei nº 328, de 2007)
	Projeto de Lei		Dispõe sobre a remissão e a renegociação das dívidas rurais que especifica.
2013	Emenda		Emenda ao PLV nº , da MPV nº 610, de 2013.
2013	Emenda		Emenda ao PLV nº , da MPV nº 610, de 2013.

A Revisão da Lei de Patentes: (Inovação em Prol da Competitividade Nacional - Ano 2013 - Série Estudos Estratégicos. Número 1

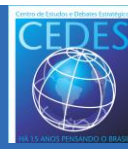
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
-----	------------	------------	--------

2013	PL nº 5.402, de 2013	Newton Lima Neto e Dr. Rosinha	Altera a Lei n.º 9.279/96, de 14 de maio de 1996, para revogar o parágrafo único de seu art. 40, alterar seus artigos 10, 13, 14, 31, 195 e 229-C, e acrescentar os artigos 31-A e 43-A; e altera a Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro, de 1999, para alterar seu artigo 7º.
2013	Proposta de Decreto		Cria, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, o Conselho de Direitos de Propriedade Intelectual – CoDiPI; extingue o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, vinculado à Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; e revoga o Decreto de 21 de agosto de 2001, que cria o GIPI.
Série Cadernos de Trabalhos e Debates			
PERDAS E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO: Ano 2018 - Série Cadernos de Trabalhos e Debates. Número 3			
ANO	Proposição	Autor (es)	Ementa
2017	INDICAÇÃO Nº , DE 2017	Deputados Lúcio Vale, Evair Vieira de Melo e outros	Sugere a formulação de Plano Nacional de Armazenamento de Grãos, com ênfase no armazenamento em nível de fazenda.
2018	PROJETO DE LEI Nº , DE 2018	Lúcio Vale, Evair Vieira de Melo e outros	Institui a Política Nacional de Educação Alimentar e Nutricional do Consumidor.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES

Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024



7.3 Folder do CEDES

Elaboração de um novo folder com as publicações de 2022 e 2023.

Série Cadernos de Altos Estudos

ENERGIAS RENOVÁVEIS: RIQUEZA SUSTENTÁVEL AO ALCANCE DA SOCIEDADE (2012)

Propõe aprimoramentos na legislação brasileira para superar barreiras e criar mecanismos de incentivo que contribuam para a utilização das fontes renováveis, valorizando as potencialidades regionais, o desenvolvimento tecnológico e a geração de empregos.

Relator: Deputado Pedro Uzal (PT-SC)

ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (2012)

Este estudo visa identificar oportunidades de atividades de extensão tecnológica e de incorporação das micro e pequenas empresas à economia de mercado, a fim de promover a redução da mortalidade dos pequenos empreendimentos e o apoio à sua qualificação tecnológica.

Relator: Deputado Ariosto Holanda (PDT-CE)

SETOR MINERAL: RUMO A UM NOVO MARCO LEGAL (2011)

Propõe um novo modelo de arrecadação e de tributação do setor mineral e chama atenção para aspectos jurídicos e constitucionais que devem presidir a relação entre o Estado e a iniciativa privada na exploração dos recursos minerais.

Relator: Deputado Jaime Martins (DEM-MG)

A POLÍTICA ESPACIAL BRASILEIRA (2010 / 2 volumes)

O estudo se propõe ao desafio de investigar as causas do atraso da política espacial brasileira, lançando ao Parlamento e à sociedade diretrizes e ações para estimular a pesquisa e a produção industrial do setor.

Relator: Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A BANDA LARGA (2009)

Esta publicação reproduz um mapeamento da situação brasileira atual no acesso à internet e apresenta sugestões para a definição de políticas públicas de universalização, mediante a expansão das redes de alta velocidade.

Relator: Deputado Paulo Henrique Lustosa (PP-CE)

OS DESAFIOS DO PRE-SAL (2009)

O estudo reúne as principais questões relativas à definição dos critérios para a exploração das jazidas no país. Entre os temas analisados, destacam-se o modelo de concessão para pesquisa e lavra, a participação do Estado Brasileiro na renda petrolífera e os contratos de partilha de produção.

Relatores: Deputados Fernando Ferro (PT-PE) e Paulo Teixeira (PT-SP)

CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA POPULAÇÃO (2007)

O estudo traça um panorama da educação e da qualificação profissional no Brasil e em outras nações e indica caminhos para a consolidação de um novo sistema de ensino profissionalizante no Brasil, levando em conta a evolução tecnológica.

Relator: Deputado Ariosto Holanda (PDT-CE)

O MERCADO DE SOFTWARE NO BRASIL: PROBLEMAS INSTITUCIONAIS E FISCAIS (2007)

Propõe soluções para o setor apresentando ações que reforcem a competitividade da indústria nacional, o incentivo à produção local de programas de computador, a proteção à propriedade intelectual, a concessão de incentivos fiscais à pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos.

Relator: Deputado Marcondes Gadelha (PSC-PB)

A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA (2005)

A publicação procura oferecer aspectos relacionados ao equacionamento de questões macroeconômicas, incorporando ao repertório do cidadão a discussão sobre controle das contas públicas e do fortalecimento das políticas monetária e fiscal adotadas no País.

Relator: Deputado Félix Mendonça (PFL-BA)

Série Avaliação de Políticas Públicas

UM COMPUTADOR POR ALUNO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (2008)

O tema centra-se na perspectiva das experiências-piloto do programa UCA, à luz de referencial teórico e de experiências internacionais que adotam o paradigma educacional 'um para um'.

Relator: Deputado Paulo Henrique Lustosa (PP-CE)

RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA: OS DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS (2008)

O estudo avalia as Leis de Responsabilidade Fiscal e de Licitações e Contratos, apresentando textos de autores com diferentes perspectivas sobre o tema.

Relator: Deputado José Linhares (PP-CE)

COMO ACESSAR NOSSOS ESTUDOS

As publicações do Cedes estão disponíveis para download no endereço: www.camara.leg.br/cedes e também na livreria da Câmara mediante acesso no endereço livreria.camara.leg.br.

Siga o Cedes pelas redes sociais

CEDESCD
 CEDESCAMARA
 cedescamara
 linkedin.com/in/cedescamara
 centroeestudosdebates8943

Leia o QR CODE e saiba mais

Câmara dos Deputados, Anexo II, BTAQ, PAVIMENTO INFERIOR, Sala 22
Brasília - DF, CEP: 70160-900 / Tel: (61) 3215-8625/3215-8627
cedes@camara.leg.br | www.camara.leg.br/cedes

Centro de Estudos e Debates Estratégicos

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos é um órgão técnico-consultivo da Câmara dos Deputados dedicado à análise, discussão e prospecção de temas de caráter inovador ou com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do nosso país. O Colegiado é composto por 23 parlamentares, os quais têm a atribuição de propor uma agenda de atividades e conduzir estudos estratégicos para o Brasil, desenvolvidos com o apoio da Consultoria Legislativa. Como resultado do trabalho, são produzidos e publicados documentos de alta densidade crítica e especialização técnica ou científica, que trazem apensados Projetos de Lei e/ou Indicações para o Poder Executivo. Desde sua instalação em 2003 (à época como Conselho de Altos Estudos), o CEDES tem contribuído para o aperfeiçoamento da atuação político-parlamentar, fortalecendo o papel do Poder Legislativo na interlocução de problemas de relevância social perante a população brasileira.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS - CEDES

Relatório de Gestão para Tomada de Contas Anual – 2024




Série Estudos Estratégicos

A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA: UM NOVO ESTUDO (2023)
Atualização do estudo anterior feito em 2005, incorporando os recentes aumentos nas taxas de juros que desincentivam os investimentos, encarecem o crédito e aumentam o custo de rolagem da dívida pública; o acúmulo de reservas internacionais; o surgimento das operações comprometidas; o endividamento do Tesouro para financiamento de bancos públicos; a mudança do regime fiscal a partir de 2014; a polarização recente do cenário político nacional; e a crise sanitária e econômica provocada pela pandemia da Covid-19.
Relatores: Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e Denis Bezerra (PSB-CE)

RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO PÓS-PANDEMIA – VOLUMES 1 e 2 (2023)
O debate abordou o papel do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil nas estratégias e políticas de recuperação da economia e de geração de emprego e renda no pós-pandemia com foco no setor agropecuário e agricultura familiar; as carencias no desenvolvimento setorial e da indústria; as transformações para o setor de serviços; a digitalização da economia e as oportunidades para a tecnologia nacional; a bioeconomia e a descarbonização.
Relatores: Deputado Da Vitória (PP-ES) e Francisco Júnior (PSD-GO)

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2022)
O debate abordou os fundamentos da transformação digital na educação com foco na qualidade, a redução das desigualdades educacionais, a necessidade de letramento digital e a tecnologia como propulsora do aprendizado e da melhoria no ambiente escolar.
Relatores: Deputadas Ângela Amin (PP-SC) e Professora Dorinha Seabra Rezende (UNIÃO/TO)

DEBATES SOBRE O MODELO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL (2022)
Trata do aperfeiçoamento da APS no Brasil orientado para a efetividade desse componente da atenção à saúde por meio do SUS e o papel do médico clínico no âmbito da atenção primária, identificando avanços, protocolos, formação, entre outros.
Relator: Deputado Dr. Luiz Ovando (PP-MS)

CIDADES INTELIGENTES: UMA ABORDAGEM HUMANA E SUSTENTÁVEL (2021)
A cidade inteligente é aquela que investe em capital humano e social, em desenvolvimento econômico sustentável, em inovação e empreendedorismo e no uso de tecnologias disponíveis para aprimorar e interconectar os serviços e a infraestrutura, com foco na cidadania e bem-estar dos cidadãos.
Relatores: Deputados Francisco Jr. (PSD-GO), Ângela Amin (PP-SC), Eduardo Braide (PSD-MA) e Haroldo Cathedral (PSD-RR)

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: IMPASSES E PERSPECTIVAS (2018)
O propósito do estudo é aprofundar o debate sobre novas fontes de financiamento para a educação superior no Brasil, além da questão da gratuidade e do acesso de estudantes oriundos da camada mais pobre da população.
Relator: Deputado Alex Canziani (PSD-PR)

SEGURANÇA PÚBLICA: PRIORIDADE NACIONAL (2018)
Reúne contribuições de pesquisadores e gestores de diferentes campos de atuação e propõe mecanismos para criar um modelo de segurança pública mais eficiente na gestão de recursos escassos e que responda melhor aos desafios da criminalidade crescente.
Relator: Deputado Capitão Augusto (PL-USP)

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS (2018)
Propõe a criação de Centros de Desenvolvimento Regional nas universidades, com a missão de identificar as potencialidades de cada região e articular atores para a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento.
Relator: Deputado Vitor Lippi (PSDB-SP)

BRASIL 2050: DESAFIOS DE UMA NAÇÃO QUE ENVELHECE (2016)
Busca antecipar o cenário em 2050 e faz uma análise completa dos impactos do envelhecimento populacional no Brasil.
Relatora: Deputada Cristiane Brasil (PTB-RI)

ARCO NORTE: UM DESAFIO LOGÍSTICO (2016)
Propõe a implantação de uma nova logística de transporte para o escoamento da produção agrícola, por meio dos portos da região norte, integrando rodovias, ferrovias e hidrovias.
Relatores: Deputados Lúcio Vale (PR-FR) e Remédio Monai (PR-RR)

O DESAFIO DA MOBILIDADE URBANA (2015)
Este estudo aborda os prejuízos causados pelo problema da mobilidade urbana, tanto na economia quanto na qualidade de vida da população.
Relator: Deputado Ronaldo Benedet (MDB-SC)

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS ÁGUAS (2015)
O objetivo deste estudo é assegurar às gerações futuras acesso à água de qualidade. O trabalho reforça vários instrumentos já previstos na própria Lei das Águas, e trata esse recurso natural e limitado como um bem de domínio público, dotado de valor econômico, social e ambiental.
Relator: Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)

CAPITAL EMPREENDEDOR (2014)
Este estudo discute a necessidade de ampliar os investimentos de risco em empresas com alto potencial de crescimento, sobretudo as pequenas e médias empresas que demonstram ser inovadoras e que contam com bons projetos.
Relator: Deputado José Humberto (PSD-MG)

MINERAIS ESTRATÉGICOS E TERRAS RARAS (2013)
Este trabalho tem por objeto analisar a exploração, o aproveitamento econômico e a cadeia produtiva de minerais e materiais estratégicos para o Brasil, cuja demanda vem se intensificando devido ao grande consumo pelos setores de alta tecnologia.
Relator: Deputado Colbert Martins (PMDB-BA)

DESAFIOS À CONVIVÊNCIA COM A SECA (2013)
Reúne sugestões para a utilização de novas tecnologias e práticas adequadas à realidade do Semiárido, tendo como foco não apenas soluções paliativas, mas mudanças estruturais, capazes de produzir transformações profundas e duradouras na convivência do homem com a seca.
Relator: Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)

A REVISÃO DA LEI DE PATENTES: INOVAÇÃO EM PROL DA COMPETITIVIDADE NACIONAL (2013)
Este estudo propõe uma revisão da legislação de patentes do Brasil com o propósito de criar um ambiente favorável à inovação em prol da competitividade nacional.
Relator: Deputado Newton Lima (PT-SP)

Série Cadernos de Trabalhos e Debates

PERDAS E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO (2018)
Propõe ações concretas para diminuir as perdas e desperdício de alimentos que, segundo estimativas, no Brasil, chegam a 10% do total produzido. Além dos prejuízos econômicos, as perdas também causam impactos ambientais.
Relator: Deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES)

AGENDA DE SEGURANÇA CIDADÃ POR UM NOVO PARADIGMA
O estudo traça diagnósticos e propõe a partir de 5 eixos de pesquisa, a fim de buscar soluções duradouras para a questão da segurança pública no país. O trabalho contou com a participação de um grupo de 15 especialistas do meio acadêmico.
Relatores: Deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Rubens Ottoni (PT-GO) e Ronaldo Benedet (MDB-SC)

AVANÇOS DO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (2016)
Este livro reúne artigos de especialistas nacionais e internacionais sobre a primeira infância e abrange aspectos como valorização da paternidade, educação, saúde, cultura, financiamento, entre outros.
Relator: Deputado Osmar Terra (MDB-RS)